ESCOLA PRÁTICA DE POLÍCIA

**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**
ESCOLA PRÁTICA / TORRES NOVAS

**Concurso para Admissão ao 2.º Curso de Formação de Chefes**

VISTO
O Presidente do Júri

**22Março 2013**

**Duração: 2 Horas**

**TESTE DE INSTRUÇÃO GERAL TÁTICA E TÉCNICA**

**Código da Prova: 1**

**A**

**Nome do candidato:** _____

***RECOMENDAÇÕES PRÉVIAS:***

- Preencha o cabeçalho da folha de respostas: **matrícula, nome, código da prova e data**.
- Identifique, na folha de respostas, a prova que está a realizar, **A** ou **B**.
- Só é permitida a utilização de esferográficas de tinta de cor azul ou preta, que não sejam de tinta permanente.
- O teste é constituído por **50** perguntas com respostas do tipo de escolha múltipla.
- Deverá considerar que, para cada pergunta, ***há apenas uma resposta considerada certa.*** Selecione a melhor resposta, a mais completa, ou a que mais informação contenha.
- Identifique a sua opção **preenchendo, totalmente** o círculo correspondente.
- **Não são permitidas rasuras na folha de respostas nem a utilização de líquido corretor**. A fim de as evitar pode utilizar o enunciado como rascunho.
- **A salientar:** Serão consideradas respostas nulas todas as que apresentarem mais do que um círculo preenchido, na respetiva série de opções, proposta na folha de respostas.
- É absolutamente interdito, sob pena de exclusão, o uso de meios de comunicação bem como quaisquer elementos de consulta. Qualquer fraude ou tentativa de fraude no decurso da prova implica a anulação da mesma e a exclusão do concurso do(s) candidato(s) implicado(s).
- Verifique se o teste contém todas as páginas, alguma deficientemente impressa ou em branco;
- No final da prova devolva o enunciado e a folha de respostas;
- ***Volte esta folha, apenas, quando for dado ordem para o efeito;***
- ***NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINAR O ENUNCIADO.***

***BOA SORTE!***

## Legislação Policial

**1. Das afirmações que se seguem indique a que está correta.**

A. Os dispositivos de alarme e as centrais públicas de alarme destinam-se a ser utilizados por instituições públicas e privadas que por força de disposição legal específica sejam obrigadas a dispor de dispositivos de alarme ligados a central pública de alarmes.

B. Os dispositivos de alarme e as centrais públicas de alarme destinam-se prioritariamente a ser utilizados por instituições públicas e privadas que por força de disposição legal específica sejam obrigadas a dispor de dispositivos de alarme ligados a central publica de alarmes.

C. Os dispositivos de alarme e as centrais públicas de alarme destinam-se prioritariamente a ser utilizados por instituições privadas que por força de disposição legal específica sejam obrigadas a dispor de dispositivos de alarme ligados a central pública de alarmes.

D. Os dispositivos de alarme e as centrais públicas de alarme destinam-se prioritariamente a ser utilizados pelas instituições bancárias e também por instituições privadas que por força de disposição legal específica sejam obrigadas a dispor de dispositivos de alarme ligados a central pública de alarmes.

**2. Considera-se pessoal de vigilância:**

A. Os indivíduos vinculados por contrato de trabalho às entidades titulares de alvará ou de licença, para exercerem funções de vigilante, de proteção pessoal ou de assistente de recinto desportivo.

B. Os indivíduos vinculados por contrato de trabalho às entidades titulares de alvará ou de licença, habilitados a exercerem funções de vigilante, de proteção pessoal ou de assistente de recinto desportivo.

C. Os indivíduos vinculados por contrato de trabalho a qualquer entidade pública ou privada, habilitados a exercerem funções de vigilante, de proteção pessoal ou de assistente de recinto desportivo.

D. Todas as respostas estão certas.

**3. Para efeitos da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando:**

A. Está abandonada e vive entregue a si própria.

B. Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal.

C. Está sujeita de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional.

D. Todas as afirmações anteriores estão corretas.

**4. A nível nacional, consideram-se espetáculos de risco elevado os seguintes:**

A. Aqueles em que o número de expectadores previstos perfaça 60% da lotação do recinto.

B. Aqueles em que se verifique um clima de declarada hostilidade entre os clubes intervenientes.

C. Aqueles cujo árbitro seja alvo de contestação.

D. Aqueles em que o número provável de adeptos da equipa visitante perfaça 10% do número de espectadores previstos.

**5. A Lei n.º 5/2006 de 23 de Fevereiro (com as alterações introduzidas pela Lei nº 12/2011 de 27 de Abril), aprova o regime jurídico das armas e suas munições, classificando-as de acordo com o grau de perigosidade e o fim a que se destinam, nos termos desta Lei são consideradas armas da classe A:**

A. As armas de fogo curtas de repetição ou semiautomáticas.

B. As armas de fogo automáticas.

C. As armas de fogo longas semiautomáticas, de repetição ou de tiro a tiro, de cano de alma estriada.

D. As pistolas semiautomáticas com os calibres denominados 6,35 mm Browning.

**6. De acordo com o Decreto-Lei nº. 406/74, de 29 de Agosto:**

A. As reuniões e outros ajuntamentos objetos deste diploma não podem prolongar-se para além das 00h00, salvo se realizadas em recinto fechado, em salas de espetáculos, em edifícios sem moradores ou, em caso de terem moradores, se forem estes os promotores ou tiverem dado o seu consentimento por escrito.

B. As reuniões e outros ajuntamentos objetos deste diploma não podem prolongar-se para além das 00h30, salvo se realizadas em recinto fechado, em salas de espetáculos, em edifícios sem moradores ou, em caso de terem moradores, se forem estes os promotores ou tiverem dado o seu consentimento por escrito.

C. As reuniões e outros ajuntamentos objetos deste diploma não podem prolongar-se para além das 23h30, salvo se realizadas em recinto fechado, em salas de espetáculos, em edifícios sem moradores ou, em caso de terem moradores, se forem estes os promotores ou tiverem dado o seu consentimento por escrito.

D. Todas as afirmações anteriores são falsas.

## Constituição da República Portuguesa

**7. Os direitos fundamentais são:**

A. De aplicabilidade direta e não carecem de mediação.

B. De aplicabilidade direta mas carecem de mediação

C. De aplicabilidade direta e não carecem de mediação desde que provenientes das decisões judiciais.

D. Muito embora antes o possa fazer, o Estado só é obrigado a cumpri-los após decisão judicial transitada em julgado.

**8. No âmbito do direito de petição, os cidadãos:**

A. Só podem apresentar aos órgãos de soberania petições coletivas.

B. Podem apresentar de forma individual, mas só no âmbito dos recursos hierárquicos, junto das entidades patronais, disso, cabendo sempre recurso judicial.

C. Só podem apresentar em qualquer sede e instância petições individuais, desde que se constituam assistentes no processo e sejam representados por advogado ou sindicato que os represente.

D. Nenhuma das afirmações anteriores está correta.

**9. Podem recorrer para o tribunal constitucional;**

A. O Ministério Público e quaisquer pessoas que, de acordo com a lei reguladora do processo em que a decisão foi proferida, tenham legitimidade para dela interpor recurso.

B. O Ministério Público e quaisquer pessoas que, de acordo com a lei reguladora do processo em que a decisão foi proferida, tenham legitimidade para dela interpor recurso, ou qualquer pessoa coletiva ou associação, desde que mandatada por Assembleia Geral dos seus Corpos Sociais, neste caso, independentemente de qualquer lei reguladora.

C. Os advogados, sem quaisquer formalismos, desde que legitimamente mandatados.

D. Nenhuma das afirmações anteriores está correta.

**10. A responsabilidade penal:**

A. É suscetível de transmissão.

B. É insuscetível de transmissão.

C. É insuscetível de transmissão em determinados casos.

D. É insuscetível de transmissão em determinados casos, atendendo à condição socioeconómica do agente.

## Regulamento Disciplinar

**11. É circunstância dirimente da responsabilidade disciplinar:**

A. O bom comportamento anterior.

B. O pouco tempo de serviço.

C. A legítima defesa, própria ou alheia.

D. A confissão espontânea da falta.

**12. Para efeitos do Regulamento Disciplinar da PSP, considera-se infração disciplinar o:**

A. Ato, ainda que meramente culposo, praticado por funcionário ou agente da PSP com violação dos deveres gerais, decorrentes da função que exerce.

B. Ato culposo, praticado por funcionário ou agente da PSP com violação dos deveres gerais, decorrentes da função que exerce.

C. Ato, ainda que meramente culposo, praticado por funcionário ou agente da PSP com violação dos deveres, gerais ou especiais, decorrentes da função que exerce.

D. Ato culposo, praticado por funcionário ou agente da PSP com violação dos deveres gerais ou especiais, decorrentes da função que exerce.

## Organização e Funcionamento da PSP

**13. Nos termos do artigo 8.º da Lei de Segurança Interna, a condução da política de segurança interna é da competência do:**

A. Governo.

B. Primeiro-Ministro.

C. Primeiro-Ministro, delegável no Ministro da Administração Interna.

D. Assembleia da República.

**14. O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna tem competências de:**

A. Coordenação.

B. Direção.

C. Controlo e comando operacional.

D. Todas as alíneas anteriores estão corretas.

**15. A licença sem vencimento de longa duração pode ser concedida nas seguintes condições:**

A. Decorridos 5 anos após o ingresso na carreira de oficial de polícia e não pode exceder o período de 10 anos, seguidos ou interpolados.

B. Decorridos 5 anos após o ingresso na carreira de agente de polícia e não pode exceder o período de 5 anos, seguidos ou interpolados.

C. Decorridos 10 anos após o ingresso na carreira de agente de polícia e não pode exceder o período de 5 anos, seguidos ou interpolados.

D. Decorridos 5 anos após o ingresso na carreira de agente de polícia e não pode exceder o período de 10 anos, seguidos ou interpolados.

**16. De acordo com o Estatuto, um elemento da carreira de chefe de polícia, com a categoria de chefe, exerce funções de:**

A. Assessoria.

B. Supervisão.

C. Supervisão e execução.

D. Execução.

**17. No que respeita aos instrumentos de mobilidade interna entre serviços da PSP, a colocação por convite faz-se por períodos de:**

A. 3 anos, prorrogáveis por iguais períodos até ao limite de 12 anos.

B. 2 anos, prorrogáveis por iguais períodos até ao limite de 12 anos.

C. 3 anos, prorrogáveis por iguais períodos até ao limite de 6 anos.

D. 2 anos, prorrogáveis por iguais períodos até ao limite de 6 anos.

**18. O Regulamento de Continências e Honras da PSP aplica-se:**

A. A todos os elementos da PSP.

B. A todo o pessoal com funções policiais da PSP.

C. A todo o pessoal com funções policiais da PSP, bem como a todos os elementos que integram a Banda Sinfónica da PSP.

D. A todo o pessoal da PSP, bem como a todos os elementos que integram a Banda Sinfónica da PSP.

**19. As escoltas de honra são forças armadas destinadas a:**

A. Prestar honras policiais em atos solenes.

B. Prestar honras fúnebres.

C. Acompanhar os estandartes nacionais.

D. Todas as líneas anteriores estão corretas.

**20. Qual o uniforme a utilizar por elemento policial nomeado para uma guarda de honra a um funeral?**

A. Uniforme de cerimónia.

B. Uniforme de representação.

C. Uniforme de representação, mas com camisa branca.

D. Uniforme da época.

**21. Os elementos policiais estão interditos do uso do uniforme nas seguintes situações:**

A. Durante o período de férias; em comissão de serviço; licença sem vencimento de qualquer natureza ou cumprimento de pena de prisão.

B. Durante o período de férias; em comissão de serviço, salvo se for expressamente autorizado pelo diretor nacional; licença sem vencimento de qualquer natureza ou cumprimento de pena de prisão.

C. Em comissão de serviço, salvo se for expressamente autorizado pelo diretor nacional; licença sem vencimento de qualquer natureza ou cumprimento de pena de prisão.

D. Durante o período de férias; em comissão de serviço, salvo se for expressamente autorizado pelo diretor nacional; licença sem vencimento de qualquer natureza ou cumprimento de pena de prisão.

**22. Nos casos omissos no Código Processual penal, recorre-se...**

A. Em primeiro lugar ao Código de Procedimento Administrativo.
B. Em primeiro lugar à analogia se tal não for possível às normas do Processo Civil.
C. Sempre e apenas às normas do Código Penal.
D. Às normas do Código Penal e às normas do Código Civil.

**23. Os Tribunais da Relação e o Supremo Tribunal de Justiça, são...**

A. Sempre tribunais de recurso.
B. Sempre tribunais de Julgamento.
C. Sempre tribunais de primeira instância.
D. Tribunais de recurso podendo funcionar como tribunais de julgamento.

**24. Nos crimes particulares compete ao assistente:**

A. Elaborar o respetivo inquérito e deduzir acusação.
B. Elaborar o inquérito e remeter os autos ao Ministério Público para dedução de acusação.
C. Deduzir acusação estando o Ministério Público impedido de o fazer.
D. Deduzir acusação.

**25. O ato processual "1.º interrogatório judicial de arguido detido, art.º 141.º do CPP" feito por um Juiz de Instrução, é:**

A. Um ato que poderia ser delegado em órgão de polícia criminal.
B. Um ato de instrução.
C. Um ato da secretaria.
D. Um ato de inquérito.

**26. As escutas telefónicas são:**

A. Meios de prova.
B. São meios de prova e podem ser ordenadas pelos órgãos de polícia criminal.
C. São meios de prova mas só podem ser ordenadas pelo Ministério Público.
D. Meios de obtenção de prova.

**27. A fase de instrução termina:**

A. Com um Despacho de Arquivamento.
B. Com um Despacho de Acusação.
C. Com um Despacho de Pronúncia.
D. Com o debate instrutório.

**28. O artigo 56.º do CPP e o artigo 2º n.º 4 da Lei de Organização da Investigação Criminal determinam que os Órgãos de Polícia Criminal atuam no processo *sob a direção* e na *dependência funcional* das autoridades judiciárias. Neste contexto, estar sob a direção das autoridades judiciárias significa que:**

A. Na tarefa de coadjuvação dos OPC's para com as autoridades judiciárias, a cooperação só existe enquanto os OPC's exerçam funções processuais penais e só a nível destas funções;

B. Que a Autoridade Judiciária detém a faculdade de emitir diretivas que são orientações genéricas, definindo imperativamente os objetivos a cumprir, mas deixando liberdade de decisão aos OPC's no que toca à autonomia técnica e tática;

C. Que a Autoridade Judiciária detém a faculdade de emitir ordens rígidas, definindo concretamente o que fazer e como fazer;

D. Que a Autoridade Judiciária detém a faculdade de emitir diretivas que são orientações genéricas, definindo imperativamente os objetivos a cumprir, mas deixando liberdade de decisão aos OPC's no que toca a todos os aspetos.

**29. É da competência genérica da PSP a investigação:**

A. Dos crimes cuja competência não esteja reservada à PJ e ainda dos crimes cuja investigação lhe seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direção do processo, nos termos da LOIC;

B. Dos crimes previstos na sua Lei de Organização e Funcionamento;

C. De todos os crimes de que tenha conhecimento;

D. Nenhuma das anteriores respostas está totalmente correta.

**30. Qual a diferença entre o Inquérito e a Investigação Criminal?**

A. Não existem diferenças relevantes;

B. A Investigação Criminal compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação;

C. O inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo;

D. Nenhuma das hipóteses anteriores está correta.

**31. Segundo o Código de Processo Penal a testemunha é inquirida sobre:**

A. Factos de que tenha conhecimento direto e que constituam objeto ou tema da prova e nada mais pode ser perguntado;

B. Factos de que tenha conhecimento direto ou indireto e que constituam objeto ou tema da prova e nada mais pode ser perguntado;

C. Factos de que tenha conhecimento direto e que constituam objeto ou tema da prova, podendo ainda ser questionada sobre a sua identificação, as suas relações de parentesco e de interesse com o arguido, o ofendido, o assistente, as partes civis e com outras testemunhas, bem como sobre quaisquer circunstâncias relevantes para avaliação da credibilidade do depoimento;

D. Nenhuma das alíneas anteriores está correta.

**32. A LOIC (Lei de Organização da Investigação Criminal) veio complementar o CPP (Código de Processo Penal). Analisando este diploma legal (a LOIC) verifica-se a existência de várias "*novidades*", entre as quais:**

A. A divisão de competências pelos diversos Órgãos de Polícia Criminal, a definição de investigação criminal, a autonomia técnica e tática, a coordenação dos Órgãos de Polícia Criminal pelo Conselho Coordenador e a fiscalização dos mesmos pelo Procurador-Geral da República;

B. A divisão de competências pelos diversos Órgãos de Polícia Criminal, a definição de investigação criminal e de inquérito, a autonomia técnica e tática e a orientação e dependência funcional dos Órgãos de Polícia Criminal;

C. A divisão de competências pelos diversos Órgãos de Polícia Criminal, a definição de investigação criminal, a autonomia técnica e tática, a incompetência em matéria de IC, os meios de obtenção de prova e a coordenação dos Órgãos de Polícia Criminal;

D. A competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal, as medidas cautelares e de polícia, a definição de investigação criminal e a autonomia técnica.

**33. De acordo com o artigo 7.º n.º 2 da LOIC são da competência reservada da Polícia Judiciária não podendo ser deferida a outros Órgãos de Polícia Criminal, a investigação dos seguintes crimes:**

A. Todos os crimes de incêndio e de burla;

B. Associação criminosa e falsificação ou contrafação de cartas de condução;

C. Branqueamento e rapto;

D. Todas as anteriores alíneas estão corretas.

## Tática das Forças de Segurança

**34. Considerando o estabelecido na última publicação da EPP do manual de manutenção e reposição de ordem pública, sobre o conceito de ordem pública, e tendo em conta que é possível existirem vários conceitos dependendo das ideologias perfilhadas, das afirmações que se seguem indique aquela que define ordem pública para Jean-Marc Berlioz.**

A. A ordem pública é o conjunto de princípios que devem nortear a vivência das pessoas em sociedade e em perfeita tranquilidade e segurança.

B. A ordem pública é o conjunto de condições que permitem o regular e normal funcionamento das instituições democráticas.

C. A ordem pública é o ponto de equilíbrio entre a desordem suportável e a ordem indispensável.

D. Ordem pública é o conjunto de princípios, valores e normas que garantam a segurança, tranquilidade e salubridade pública numa sociedade.

**35. Considerando o estabelecido na última publicação da EPP do manual de manutenção e reposição de ordem pública, e o que nele consta sobre classificação dos serviços de ordem, das opções que se seguem indique a que de forma mais correta indica os vários tipos de serviços de ordem.**

A. Neutros, neutro/defensivos, defensivos e ofensivos.

B. Neutros, defensivos, defensivo/ofensivos e ofensivos.

C. Neutros, neutro/ofensivos, ofensivos e defensivos.

D. Neutros, neutro/defensivos, defensivo/ofensivos e ofensivos.

**36. Considerando o estabelecido na última publicação da EPP do manual de manutenção e reposição de ordem pública, nomeadamente sobre dispositivos de ordem pública, das opções que se seguem indique a que apenas contém dispositivos fixos.**

A. Barragem filtrante; ala simples, barragem de canalização em leque e cordão estático de cadeia de mãos.

B. Barragem de interdição; cordão estático de cadeia de bastões, ala dobrada e corte.

C. Barragem de canalização simples, ala dobrada, escolta e cordão estático de cadeia de braços.

D. Barragem de canalização em gaveta, cordão estático de cadeia de cinturões, ala simples, ala dobrada e vaga de dispersão.

**37. Considerando o estabelecido no Dec-Lei nº 457/99 de 05NOV e na NEP nº OPSEG/DEPOP/01/05, de 2004JUN01, (Normas sobre o limite ao uso de meios coercivos), das opções que se seguem indique a que de forma mais correta completa a seguinte afirmação:**

*O recurso a arma de fogo é permitido para...*

A. Efetuar a captura ou impedir a fuga de pessoa suspeita de haver cometido crime punível com pena de prisão inferior a três anos.

B. Efetuar a captura ou impedir a fuga de pessoa suspeita de haver cometido crime punível com pena de prisão igual ou inferior a três anos.

C. Efetuar a captura ou impedir a fuga de pessoa suspeita de haver cometido crime punível com pena de prisão superior a três anos.

D. Efetuar a captura ou impedir a fuga de pessoa suspeita de haver cometido crime punível com pena de prisão igual ou superior a três anos.

**38. Considerando o preceituado no Capítulo II, da NEP nº OPSEG/DEPOP/01/05 de 01JUN2004 (Normas sobre o limite ao uso de meios coercivos), relativamente a gases neutralizantes e as regras da sua utilização, das afirmações que se seguem indique a correta.**

A. Quando projetado através de *sprays*, o sistema deve ser direcionado para o peito quando se trate de agente químico.

B. Quando projetado através de *sprays*, o sistema deve ser direcionado para a cara quando se trate de agente químico, devendo cessar-se a sua projeção logo que o suspeito/alvo mostre sinais dos efeitos pretendidos.

C. Quando projetado através de *sprays*, o sistema deve ser direcionado para o peito quando se trate de agente natural, devendo cessar-se a sua projeção logo que o suspeito/alvo mostre sinais dos efeitos pretendidos.

D. Nenhuma das afirmações anteriores está correta.

**39. Considerando o preceituado no Capítulo II, da NEP nº OPSEG/DEPOP/01/05 de 01JUN2004 (Normas sobre o limite ao uso de meios coercivos), relativamente a armas ou dispositivos elétricos imobilizantes ou atordoantes e as regras da sua utilização, das afirmações que se seguem indique a que considera mais correta.**

A. A utilização de armas ou dispositivos elétricos imobilizantes ou atordoantes sobre áreas corporais vermelhas, com exceção das situadas na parte posterior do tronco, é considerado uso de meio coercivo letal.

B. A utilização de armas ou dispositivos elétricos imobilizantes ou atordoantes sobre áreas corporais vermelhas, com exceção das situadas na parte anterior do tronco, é considerado uso de meio coercivo letal.

C. A utilização de armas ou dispositivos elétricos imobilizantes ou atordoantes sobre qualquer área corporal vermelha, é sempre considerado uso de meio coercivo letal.

D. A utilização de armas ou dispositivos elétricos imobilizantes ou atordoantes sobre áreas corporais vermelhas, sem exceção das situadas na parte posterior do tronco, é considerado uso de meio coercivo letal.

## Direito Penal

**40. Quem, furtar coisa móvel alheia no valor de € 5.000,00 comete...**

A. Um crime de furto qualificado.

B. Um crime de furto.

C. Um crime de subtração.

D. Um crime de subtração qualificada.

**41. O facto punível deixa de o ser se uma lei nova o eliminar do número de infrações, cessando a execução e os seus efeitos...**

A. Em todos os casos exceto se já houver trânsito em julgado.

B. Em todos os casos exceto se já tiver havido julgamento.

C. Em todos os casos exceto se já houver trânsito em julgado e não tiver sido entreposto recurso.

D. Em todos os casos.

**42. Quem constranger outra pessoa a contacto de natureza sexual comete...**

A. Um crime de importunação sexual.

B. Um crime de coação sexual.

C. Um crime de fraude sexual.

D. Um crime de exibicionismo.

**43. No homicídio a pedido da vítima, o pedido...**

A. Pode ser feito pela vítima ou por um parente até ao 2.º grau.

B. Pode ser feito pela vítima ou pelo seu procurador com poderes especiais.

C. Apenas pode ser feito pela vítima.

D. Pode ser feito pela vítima ou pelo seu médico em casos especiais.

**44. O pai que dolosamente matar o filho logo após o parto comete o crime:**

A. De infanticídio.

B. De homicídio.

C. De homicídio negligente.

D. De exposição ou abandono.

**45. Carlos, detetado em flagrante delito a efetuar um assalto, reagiu à chegada da PSP apontando uma arma ao agente Daniel. Daniel disparou atingindo mortalmente Carlos, vindo-se a verificar que a arma que Carlos apontara era uma pistola de alarme. Daniel agiu...**

A. Em legítima defesa.

B. Em excesso de legítima defesa.

C. Em estado de necessidade desculpante.

D. Em erro sobre um estado de coisas que a existir excluiria a ilicitude.

## Legislação e Segurança Rodoviária

**46. De entre os documentos que um condutor deve ser portador, aquando da condução da sua viatura particular, indique aqueles que podem ser substituídos por fotocópias autenticadas.**

A. Certificado de Seguro, ficha de inspeção e certificado de matrícula.

B. Todos os documentos.

C. Nenhum documento.

D. Todas as respostas estão erradas.

**47. Numa operação Stop, ao fiscalizar o condutor e proprietário de um automóvel ligeiro de passageiros, matriculado em JAN2006, verificou que aquela viatura não tinha a situação de inspeção regularizada. Ao ser confrontado com os factos o referido indivíduo, apesar de apresentar todos os documentos, não quis efetuar qualquer pagamento/depósito do montante da coima. Diga como procedeu no ato da verificação.**

A. Elaborava apenas um auto de notícia por contraordenação, por falta de inspeção.

B. Elaborava um auto de notícia por contraordenação, por falta de inspeção, apreendia o seu título de condução e os documentos do veículo e emitia duas guias de substituição dos documentos, válidas por seis meses.

C. Elaborava um auto de notícia por contraordenação, por falta de inspeção, apreendia os documentos do veículo e emitia uma guia de substituição dos documentos, válida por seis meses.

D. Elaborava um auto de notícia por contraordenação por falta de inspeção, apreendia todos os documentos e emitia uma guia de substituição dos documentos, por 15 dias.

**48. Diga se o condutor de um veículo ligeiro de passageiros, matriculado em 30jun90, devidamente equipado com cintos de segurança nos bancos dianteiros e traseiros, comete alguma infração por transportar no banco da frente o seu filho de 3 anos de idade e 80 cm de altura.**

A. Não, desde que o transporte se faça utilizando o sistema de retenção, virado para a retaguarda.

B. Sim, salvo se for segura por sistema de retenção homologado e adaptado ao seu tamanho e peso.

C. Sim, porque a criança neste caso concreto tem que ser transportada no banco da retaguarda.

D. Não, desde que o transporte se faça utilizando o sistema de retenção, virado para a retaguarda e a almofada de ar frontal, no lugar do passageiro, não esteja ativada.

**49. Verificou que a viatura 59-02-ZU, pertencente a "Details Hotels & Resorts", transitava em desobediência a um sinal de sentido proibido, no entanto, não foi possível intercetar o seu condutor. Diga como se procede em relação à infração.**

A. Elabora-se um auto de notícia por contraordenação ao representante legal da "Details Hotels & Resorts".

B. Elabora-se uma notificação para que a pessoa coletiva, proceda à identificação do condutor, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de o processo correr contra ela.

C. Elabora-se um auto de notícia por contraordenação, ao titular do documento de identificação do veículo, correndo contra ele o respetivo processo.

D. Elabora-se uma notificação para que a pessoa coletiva, proceda à identificação do condutor, no prazo de oito dias úteis, sob pena de o processo correr contra ela.

**50 Um automóvel ligeiro de mercadorias deve realizar a inspeção periódica:**

A. Dois anos após a data da primeira matrícula e, em seguida anualmente.

B. Um ano após a data da primeira matrícula e, em seguida, anualmente, até perfazerem sete anos, no 8.º ano e seguintes semestralmente.

C. Dois anos após a data da primeira matrícula e, em seguida, semestralmente.

D. Quatro anos após a data da primeira matrícula e, em seguida anualmente.

**FIM**

ESCOLA PRÁTICA DE POLÍCIA

2013

Visto
O Presidente do Júri

**Polícia de Segurança Pública**

**Escola Prática / Torres Novas**

**Curso para Admissão ao 2.º Curso de Formação de Chefes**

**FOLHA DE RESPOSTAS**

CHAVE

**MATRÍCULA**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ |
| 0 | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 1 | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 2 | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 3 | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 4 | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 5 | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 6 | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 7 | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 8 | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ |
| 9 | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ | ○ |

**NOME:**

**Código da Prova**

1 ● Teste de Instrução Geral Tática e Técnica

2 ○ Caso concreto de Natureza Policial

3 ○ Prova Escrita de Aptidão Cultural

**PROVA: A ● B ○**

**(50*0.4=Vinte Valores)**

| | A | B | C | D | | A | B | C | D |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1- | ○ | ● | ○ | ○ | 26- | ○ | ○ | ○ | ● |
| 2- | ○ | ● | ○ | ○ | 27- | ○ | ○ | ● | ○ |
| 3- | ○ | ○ | ○ | ● | 28- | ○ | ● | ○ | ○ |
| 4- | ○ | ● | ○ | ○ | 29- | ○ | ○ | ○ | ● |
| 5- | ○ | ● | ○ | ○ | 30- | ○ | ○ | ○ | ● |
| 6- | ○ | ● | ○ | ○ | 31- | ○ | ○ | ● | ○ |
| 7- | ● | ○ | ○ | ○ | 32- | ● | ○ | ○ | ○ |
| 8- | ○ | ○ | ○ | ● | 33- | ○ | ○ | ● | ○ |
| 9- | ● | ○ | ○ | ○ | 34- | ○ | ○ | ● | ○ |
| 10- | ○ | ● | ○ | ○ | 35- | ● | ○ | ○ | ○ |
| 11- | ○ | ○ | ● | ○ | 36- | ● | ○ | ○ | ○ |
| 12- | ○ | ○ | ● | ○ | 37- | ○ | ○ | ● | ○ |
| 13- | ● | ○ | ○ | ○ | 38- | ● | ○ | ○ | ○ |
| 14- | ○ | ○ | ○ | ● | 39- | ● | ○ | ○ | ○ |
| 15- | ○ | ○ | ○ | ● | 40- | ○ | ● | ○ | ○ |
| 16- | ○ | ○ | ● | ○ | 41- | ○ | ○ | ○ | ● |
| 17- | ● | ○ | ○ | ○ | 42- | ● | ○ | ○ | ○ |
| 18- | ○ | ○ | ● | ○ | 43- | ○ | ○ | ● | ○ |
| 19- | ○ | ○ | ● | ○ | 44- | ○ | ● | ○ | ○ |
| 20- | ○ | ○ | ● | ○ | 45- | ○ | ○ | ○ | ● |
| 21- | ○ | ○ | ● | ○ | 46- | ○ | ○ | ○ | ● |
| 22- | ○ | ● | ○ | ○ | 47- | ○ | ○ | ● | ○ |
| 23- | ○ | ○ | ○ | ● | 48- | ○ | ○ | ● | ○ |
| 24- | ○ | ○ | ○ | ● | 49- | ○ | ● | ○ | ○ |
| 25- | ○ | ○ | ○ | ● | 50- | ● | ○ | ○ | ○ |